

Expressões de marginalidade e de periferia nos comportamentos verbais*

0. Para uma tipologia da marginalidade

No presente trabalho, tal como o sub-título testemunha, assumiremos como objecto de estudo um fenómeno verbal particular, a alternância de códigos, típico da produção linguística de indivíduos bilingues em interacção com outros que também o sejam. Para além disto, iremos observar o funcionamento deste mecanismo num contexto geográfico-social que tem permitido um longo e intenso contacto entre o português, aqui investido do estatuto de idioma maioritário, e o mirandês¹, língua que, quer do ponto de vista quantitativo, quer na perspectiva da sua condição e funções sociais, se pode apelidar de minoritária. Perante este propósito e sem perder de vista o espaço temático em que nos propomos desenvolvê-lo, vimo-nos, antes de mais, na necessidade de explicitar em que medida se inter cruzam, no nosso tópico de reflexão, diferentes níveis e tipos de marginalidade.

Em primeiro lugar, será inequívoca a consideração do próprio mirandês como uma língua natural que, sob diferentes pontos de vista, tem vindo a subsistir numa situação de periferia e de marginalidade. Geograficamente, a sua área de implantação é no extremo Nordeste trasmontano, num território raiano

* O título completo deste trabalho é o seguinte: «Expressões de marginalidade e de periferia nos comportamentos verbais. A alternância de códigos exemplificada pelo discurso bilingue mirandês-português».

¹ Há que esclarecer que o contexto geográfico-social a que nos referimos tem permitido, igualmente, o contacto de qualquer um destes dois idiomas com um terceiro: o castelhano. Porém, e dado o tema que no momento nos ocupa, não nos iremos debruçar sobre a situação do castelhano nas comunidades linguísticas existentes na Terra de Miranda.

que se encontra, dado o isolamento a que cronicamente tem sido votado pelo poder central, mais voltado para a vizinha província espanhola de Zamora do que para Portugal. Socialmente, a situação do mirandês é evidenciada pelo facto de a sua vitalidade ter sido sempre garantida pela diminuta população local, ocupada, maioritariamente, num sector primário de acentuada feição auto-subsistente, caracterizada por índices de escolarização formal muito reduzidos e, cada vez mais, bastante envelhecida. Por razões desta ordem, o mirandês é um idioma minoritário, condição que, por si só, seguramente faz dele uma realidade linguístico-cultural periférica.

Em segundo lugar, há que ter em atenção que também a alternância de códigos pode ser considerada um comportamento verbal estigmatizado por uma dupla marginalidade. Antes de mais, só produz alternância quem for bilingue, característica individual (do falante) ou colectiva (de uma comunidade linguística) que, pese embora a sua difusão e expressão numérica no mundo, tardou em conquistar espaço no espectro das preocupações da comunidade científica ocupada com estudos linguísticos. Acresce a esta circunstância o facto de a alternância de códigos, sendo uma manifestação típica do discurso bilingue, estar muito longe de ser encarada como tal pelos próprios falantes que dela fazem uso, conhecendo, por parte destes, uma reprovação inequívoca e generalizada. Estas atitudes negativas dos que, embora utentes, são, em todo o caso, leigos em reflexão metalinguística, foram, no entanto, curiosamente partilhadas, durante anos, pelos próprios linguistas, tendo alguns chegado a considerar a alternância de códigos uma manifestação verbal assistemática, irregular e idiosincrática² a que só recorriam bilingues que não fossem inteiramente perfeitos³.

² Como salienta Gumperz (1982: 63), «in the linguistic literature on bilingualism, conversational code switching tended until quite recently to be treated primarily as a marginal or transitory phenomenon, as if it were a form of linguistic interference which accompanies the learning of a new grammatical system». Aliás, a alternância de códigos chegou a ser avaliada pelo próprio Labov, «pai» da sociolinguística, como «idiosyncratic behavior, not covered by the regularities which determine the occurrences of sociolinguistic variables» (Gumperz, 1982: 70).

³ Um bilingue é perfeito quando evidencia «native-like control of two languages» (Bloomfield, 1933: 56). Esta é, no entanto, uma concepção de bilinguismo que hoje, dada a sua inoperacionalidade e impossibilidade real de verificação, se rejeita.

Traçado o perfil, em tudo periférico, do tema que temos entre mãos, dediquemo-nos, pois, à apresentação mais detalhada do mecanismo da alternância de códigos, procurando ilustrar que funções sociais e discursivas podem ser exercidas pelo seu uso. Neste âmbito, passaremos em revista as diferentes categorias funcionais que têm vindo a ser propostas no quadro dos vários modelos utilizados na análise pragmática⁴ deste mecanismo verbal. De seguida, proporemos uma versão alternativa de um destes modelos, o mais formalizado, que pretendemos sintetizadora de várias das contribuições teóricas já avançadas.

1. A alternância de códigos em situações de bilinguismo social.

Definições e funções discursivo-sociais

Para definirmos o ainda não clarificado conceito de alternância de códigos, socorrer-nos-emos da seguinte formulação sucinta proposta por John Gumperz (1982: 59): «the juxtaposition within the same speech exchange of passages of speech belonging to two different grammatical systems or sub-systems», sendo que as duas partes do acto discursivo proferidas em duas línguas diferentes se encontram sintáctica, semântica e prosodicamente ligadas como se tivessem sido emitidas pelo recurso a um único idioma. A este tipo de alternância Gumperz atribui o nome de «conversational code-switching», para o distinguir de um outro fenómeno, formalmente idêntico a este, mas desencadeado por uma motivação comunicativa diversa, o «situational code-switching».

Tal como a diferente designação indica, a alternância situacional distingue-se da conversacional na medida em que se constitui como uma estratégia discursiva usada pelos falantes para corresponder a uma mudança dos parâmetros extra-linguísticos que definem uma dada situação de interac-

⁴ Outra linha de investigação muito produtiva sobre alternância de códigos é constituída pelo estudo do seu funcionamento sintáctico.

ção verbal, como a mudança de tópico conversacional, de interlocutor ou do espaço em que esta decorre. O seu eficaz funcionamento dependerá, já se vê, da existência, dentro da comunidade bilingue, de um conjunto de normas partilhadas que estabeleça uma correlação entre línguas e situações discursivas. Dito isto, fica claro que, numa situação de bilinguismo comunitário que se caracterize por algum tipo de estabilidade, funcionará sempre uma espécie de pacto de uso linguístico acordado entre os falantes, que contribuirá para conferir um sentido de adequação às escolhas idiomáticas em função de diferentes domínios de interacção. O mecanismo descrito, a que Gumperz chama «alternância situacional», é, no entanto, na literatura científica, mais comumente conhecido por «escolha de línguas» («language-choice», «code-choice» ou «choice-switching»).

Dito isto, compreender-se-á que o recurso à alternância de tipo conversacional por parte do falante bilingue se fica a dever a um conjunto de motivações discursivas não redutíveis à mera vontade de corresponder ao *status quo* comunicacional definido na sua comunidade. Digamos, pois, que este tipo de alternância de códigos promove a construção de inferências discursivas que se erguem, essencialmente, sobre a **transgressão** das regras de correlação entre idioma e situação em vigor na comunidade bilingue. Assim sendo, uma eficaz e satisfatória interpretação dos efeitos comunicativos desencadeados pelo recurso à alternância conversacional requer o conhecimento prévio dos padrões ‘normais’ de alternância situacional, i.e., de como se organiza, dentro da comunidade linguística, a distribuição dos idiomas em contacto por domínios de interacção verbal.

A fim de descrevermos e exemplificarmos o funcionamento pragmático deste mecanismo, tomemos por referência os padrões de escolha de línguas vigentes numa das comunidades onde o mirandês mantém vitalidade, a aldeia de Paradela. Aqui, como nas demais comunidades mirandesas, considera-se que o português é o veículo linguístico mais apropriado para uma situação de interacção que envolva a presença de falantes monolíngues estranhos. Se, no entanto, verificarmos que, apesar desta constrição localmente acordada, um bilingue prefere, num dado momento da sua produção

discursiva, o mirandês na presença de um estrangeiro, é porque essa escolha, violadora das expectativas comportamentais, se deve a uma intenção comunicativa relevante. Uma situação do tipo descrito pode ser ilustrada através do seguinte excerto por nós recolhido na aldeia de Paradela⁵:

1. [Situação: numa longa conversa informal no único café de Paradela, vários locutores bilingues interagem entre si e com a entrevistadora. A certa altura, os locutores começam a discutir o problema da diminuição da população da aldeia. Esta discussão é dominada pelo português, porque com ela se pretende, fundamentalmente, esclarecer a entrevistadora. Na sequência deste diálogo, intervém o informante AM.]

AM. E depois também havia outro problema, desculpai-me os termos, ela [a entrevistadora] não vai compreender, *los tius e las ties fodiedes más que se fode agora*. [Risos]

No enunciado transcrito, afigura-se-nos como óbvia a estratégia directamente desencadeada pelo recurso à alternância para mirandês, tanto mais que ela é precedida por um comentário metadiscursivo claramente revelador dos seus propósitos. Assim sendo, a complexidade e o interesse analíticos deste exemplo não residem, propriamente, na estratégia imediata que decorre do uso da alternância: a exclusão da interlocutora monolíngue⁶. Pensamos, pois, que operam aqui mecanismos mais subtis que importa realçar e clarificar, e que passam, necessariamente, por aquilo que é implicitamente ponderado pelo informante AM., antes da sua decisão de recorrer

⁵ A maior parte dos exemplos comentados neste trabalho foram recolhidos nesta aldeia, localidade onde desenvolvemos, mais aprofundadamente, a nossa investigação sobre alternância de códigos e escolha de línguas. Cf. Martins, 1994.

⁶ Com características deícticas análogas a este uso da alternância de códigos, encontramos uma outra estratégia recenseada por Gumperz (1982: 77): a **especificação de um interlocutor/receptor**. Neste caso o mecanismo permite, a quem o usa, orientar uma mensagem para um interlocutor particular entre um conjunto de interlocutores possíveis ou potenciais. Podendo considerar-se um uso motivado por factores situacionais, especialmente se entre os potenciais interlocutores estão falantes monolíngues, ele também poderá indiciar um convite implícito para incluir alguém, de entre um conjunto de falantes bilingues, até então não participante, no diálogo.

ao mirandês para dizer o que diz numa situação como esta. Assim, julgamos que AM. baseia a sua decisão nos seguintes itens de «background information»:

- i – não conheço a entrevistadora (E.) bem, nem há muito tempo, e sei que ela não é membro do grupo bilingue local;
- ii – sei que E. não domina activamente o mirandês, mas que poderá ter, em relação a ele, alguma competência passiva;
- iii – vou recorrer, no meu enunciado, a palavras tabu;
- iv – as palavras tabu constituem-se, na língua minoritária, como recursos linguísticos expressivos mas não censurados e, neste contexto discursivo, podem servir um propósito humorístico que gostaria de conferir ao meu enunciado⁷;
- v – sei, no entanto, que as palavras tabu podem ser mal interpretadas em situações discursivas dominadas pelo português, em virtude dos valores sócio-simbólicos que estão associados ao idioma maioritário na minha comunidade⁸;
- vi – face a estas circunstâncias, utilizarei o mirandês para proferir o meu enunciado, na medida em que só esse suporte linguístico mitigará convenientemente o potencial ofensivo dos signos que vou escolher. Apelo, assim, à inteligibilidade dos meus interlocutores bilingues, que saberão interpretar o valor exacto dos meus recursos verbais, e promovo simultaneamente, pelo menos em termos relativos, a ininteligibilidade de E., medida necessária face ao meu desconhecimento da forma como esta poderá reagir às minhas palavras.

⁷ Considerando, através da presente reflexão, que concomitantemente à estratégia deíctica exclusão de um interlocutor se conjuga, neste caso de alternância, uma estratégia humorística, lembramos o que sobre esta última afirma Saville-Troike (1984: 69), autora que a recensou. Assim, a alternância, com este propósito, indica que «a referentially derogatory comment is not to be taken seriously».

⁸ Uma vez que o português se associa, normalmente, a registos marcados por algum grau de formalidade, o recurso, nesta língua, a palavras tabu é mal tolerado pelos mirandeses. Socorrendo-se frequentemente deste tipo de léxico na linguagem quotidiana, o falante bilingue interpreta a sua filiação linguística como sendo, preferencialmente, mirandesa.

Se considerarmos que AM. processa todos estes itens antes de avançar para a alternância, há ainda um aspecto, reflectido no ponto ii, que o falante precisa de acautelar para que a sequência proferida em mirandês surta o efeito desejado, i.e., é necessário ter em conta que E., apesar de monolíngue, poderá compreender o valor proposicional do enunciado. É, pois, neste âmbito que se explica o recurso ao comentário metadiscursivo imediatamente anterior ao momento da alternância, acompanhado por um pedido explícito de desculpas pelo vocabulário a utilizar. Através destes dispositivos, que fazem desta alternância um «flagged switch»⁹, AM. salvaguarda a face, seja qual for o grau de inteligibilidade revelado por E. Neste sentido, AM. implícita nestes comentários: ‘se E. compreender o que vou dizer e me interpretar mal, a responsabilidade não será minha, na medida em que o meu propósito claro, ao socorrer-me do idioma minoritário do grupo bilingue, é promover a sua ininteligibilidade. Para além disto, tive o cuidado prévio de me desculpar pelo recurso a palavras tabu’.

Acabámos de realçar, na análise deste exemplo, algumas das funções discursivas e pragmáticas que, no quadro de diferentes modelos pouco formalizados, os estudiosos têm vindo reiteradamente a apontar como decorrentes do recurso à alternância conversacional¹⁰. A par destas, porém, outras são frequentemente evocadas na literatura científica. Deste modo, encontramos igualmente várias referências ao uso da alternância para marcar uma citação¹¹.

⁹ Há vários casos documentados em que «switches are marked by pauses, hesitation phenomena, repetition and metalinguistic commentary, which draw attention to the switch and interrupt the smooth production of the sentence at the switch point» (Romaine, 1989: 141). Estes casos de alternância são frequentemente denominados «flagged switches» e isto porque a passagem de um código para outro é assinalada por uma gama de fenómenos que para ela chamam a atenção, funcionando como uma espécie de bandeira.

¹⁰ Sobre o uso da alternância de códigos para assegurar a exclusão de um interlocutor monolíngue, veja-se Saville-Troike (1984: 69-70) e Appel e Muysken (1987: 119). Estes dois últimos autores (1987: 120), a par de McClure e McClure (1988: 37-38), também se referem ao papel desempenhado por este mecanismo verbal bilingue no âmbito dos comentários metalinguísticos produzidos sobre as línguas em utilização no discurso bilingue, aspecto que mantém afinidades com a estratégia metadiscursiva por nós referida a propósito do exemplo analisado.

¹¹ Curioso será notar que este foi o único tipo de alternância admitido por Weinreich (1968: 73) que, de resto, não concebia a utilização deste mecanismo por falantes bilingues ideais a não ser

2. DR. [...] uma vez [...] dois namorados [...] a rapariga chamava-se Maria e o rapaz um dia queria falar com ela, que ela estava lá dentro de casa mas tinha-lhe medo aos pais, e então [...] ele falou-lhe da rua em vez de entrar na porta, começou [...] pôs-se de pé [...] para ela, *À Marie*, [a rir] com a pronúncia própria de Paradela, *Ah Marie, sobe-me ls morres*¹² *a la bantana*¹³ *que te quiêro dezir dous palabruços!*

Aqui, a decisão do locutor DR. no sentido de reproduzir a citação na língua em que, com toda a probabilidade, as palavras originais foram proferidas confere um grau de verosimilhança e de eficácia narrativa ao seu relato. Pensamos, pois, que o recurso à alternância, neste caso, decorre de uma exigência interna da própria estrutura discursiva, condicionamento que, de resto, julgamos operante em muitos dos excertos de discurso bilingue usados na bibliografia especializada para exemplificar outras funções da alternância de códigos, nomeadamente, a **reiteração** (Vd. Gumperz, 1982: 78; McClure e McClure, 1988: 38-39; Saville-Troike, 1984: 69) e a **qualificação de uma mensagem** (Vd. Gumperz, 1982: 79; Saville-Troike, 1984: 69). Vejamos. A qualificação de uma mensagem é uma estratégia que põe em relevo a distinção entre o tópico e o comentário discursivos, por meio da alternância dos códigos usados para um e outro. A reiteração, tal como a denominação indica, consiste na repetição de informação já avançada anteriormente numa língua diferente, com o intuito fundamental de a enfatizar ou clarificar¹⁴. Ainda de acordo com Saville-Troike (1984: 69), a rei-

para corresponder a uma alteração verificada na situação de interação (escolha de línguas): «the ideal bilingual switches from one language to the other according to appropriate changes in the speech situation (interlocutors, topics, etc.), but not in an unchanged speech situation, and certainly not within a single sentence». Vd., ainda, sobre esta função, Gumperz (1982: 75-76), McClure e McClure (1988: 35) e Gardner-Chloros (1991: 182).

¹² *Morres* por «morros» com o sentido de 'focinho'.

¹³ *Bantana* é um vocábulo do mirandês raiano que quer dizer 'janela'.

¹⁴ Neste último caso, no entanto, e se a alternância se dá no sentido do idioma minoritário para o maioritário, ela já poderá ser interpretada como uma forma de conferir maior credibilidade argumentativa ao que foi repetido. Nesta medida, o seu valor poderá acarretar, fundamentalmente, implicações de natureza social e cultural. Deste tipo de funcionalidade trataremos, no entanto, um pouco mais adiante.

teração, tal como aqui foi definida, pode igualmente funcionar como uma estratégia de atenuação ou reforço de um pedido ou de uma ordem¹⁵.

Já outros usos, no entanto, se ficarão a dever a condicionamentos não tanto discursivos, mas, fundamentalmente, socioculturais. Com isto queremos dizer que haverá casos de alternância de códigos e de escolha idiomática cuja principal função é sinalizar que tipo de relação social vigora entre os locutores bilingues e qual o perfil cultural que os falantes reivindicam para si próprios face aos seus interlocutores numa dada situação comunicativa.

É isto mesmo que parecem sugerir Saville-Troike (1984: 69) e Gardner-Chloros (1991: 182) ao registar que, em certas circunstâncias, o uso de alternâncias pontuais no seio de discursos predominantemente monolíngues poderá ser atribuído a uma **estratégia de afirmação «ideológica»**. Assim, a forma de materializar um tal efeito passará, por exemplo, pelo recurso a L2 (língua minoritária) sempre que se profere um topónimo ou antropónimo ou ainda para produzir interjeições ou bordões linguísticos. Vistos por alguns como casos de alternância com uma função predominantemente expressiva e, logo, discursiva, estes denotam, para outros, a vontade de sinalização, por parte do falante, de que a sua identidade cultural é dupla e que é essa duplicidade que ele quer fazer valer no momento em que fala. Isto será especialmente verdade se o bilingue, ao ter este comportamento verbal, se encontra na presença de falantes da língua maioritária que sejam monolíngues.

Com características afins a esta última estratégia, na medida em que a alternância desempenha igualmente o papel de sinalizador de uma identi-

¹⁵ O uso da alternância de códigos em reiteraões com um intuito comunicativo desta natureza encontra afinidades com uma outra estratégia discursiva apontada tanto por Gumperz (1982: 80-81), como por Gardner-Chloros (1991: 182). Trata-se da **personalização vs. objectivação**. Esta função consiste, genericamente, em sinalizar, pelo recurso à alternância dos códigos em utilização, a posição do falante face à mensagem. Nesta medida, o mecanismo é usado, por exemplo, para distinguir entre a afirmação de uma opinião e a comunicação de conhecimentos factuais. No âmbito desta função incluem-se ainda os usos que se caracterizam pela passagem da língua maioritária para a minoritária com vista à transmissão da adesão afectiva do locutor ao conteúdo proposicional da sua enunciação ou, ao invés, os casos em que o sentido da alternância é do idioma minoritário para o maioritário que têm por objectivo transmitir a distanciação do locutor em relação ao que está a dizer.

dade linguística e cultural dupla, deparamo-nos com uma de **neutralidade** (Appel e Muysken, 1987: 119 e 129-137). Nesta categoria incluímos, no entanto, outro tipo de casos: não só aqueles em que a alternância é usada como um meio para avaliar qual dos códigos é o mais apropriado para prosseguir a interação com um interlocutor bilingue desconhecido¹⁶, mas também aqueles em que o «code-switching» funciona como um recurso alternativo aos idiomas propriamente ditos, através do qual o locutor manifesta um compromisso entre os valores associados a cada uma das línguas alternadas. Como salienta Gardner-Chloros (1991: 184) no seu estudo sobre o bilinguismo em Estrasburgo, «there are occasions [...] when it seems too snobish to speak French and too rustic to speak Alsatian and code-switching provides the solution»¹⁷.

O uso da alternância de códigos como mecanismo verbal que assegure a construção de uma posição sociocultural neutral é igualmente contemplado por Carol Myers-Scotton (1988, 1990a e 1990b) no quadro de um modelo analítico bastante mais formalizado do que qualquer um dos que estão na base das categorias que temos vindo a analisar até ao momento. Centrando-se na convicção de que o recurso às modalidades idiomáticas por parte dos falantes numa situação de bilinguismo se explica, fundamentalmente, pela permanente necessidade de negociar ou renegociar uma dada relação interpessoal, o modelo desta autora estabelece que o comportamento verbal contribui, antes de mais nada, para a definição de um conjunto de

¹⁶ Quando o locutor procede a uma alternância motivada pela tomada de consciência de que o código em utilização até ao momento é comunicativamente inadequado em função da situação de interação, tratar-se-á de um uso da alternância de códigos como **estratégia de correção ou emenda**. *Vd.*, a este propósito, Saville-Troike (1984: 70) e Gardner-Chloros (1991: 182).

¹⁷ Para além do mais, e ainda no âmbito dos casos que estamos a analisar, a alternância de códigos pode ser usada como **estratégia de fuga**, isto quando se produz com o fim de evitar alguma situação não desejada pelo locutor. Concretizando um pouco mais, imagine-se que um dos códigos em alternância (L1) possui a distinção pronominal, comum a várias línguas, que obriga a uma escolha entre tratamento reverencial *vs.* não reverencial (= tu *vs.* vós/você) e o outro código (L2) não a possui. Se o locutor bilingue, usando L1, não se quiser comprometer com uma ou outra forma de tratar o seu interlocutor, pode passar, a certa altura do discurso, para L2, com a finalidade de fugir à escolha. *Vd.*, sobre estes casos, Saville-Troike (1984: 70) e Gardner-Chloros (1991: 182).

direitos e obrigações (um 'RO set' – 'Rights and Obligations set') a vigorar, na situação comunicativa, entre os interlocutores bilingues.

Esta matriz analítica, conhecida por 'Markedness Model' (MM), parte, pois, dum pressuposto também partilhado pelos restantes modelos mais empíricos: o de que existem, no seio das comunidades bilingues, convenções comunicativas que estabelecem associações entre certos valores socioculturais e as respectivas línguas em contacto. Nesta medida, e na terminologia de Myers-Scotton, quando a vontade do locutor é comportar-se de acordo com as expectativas, a sua produção verbal assentará em escolhas idiomáticas situacionalmente 'não-marcadas'; quando, ao invés, a motivação comunicativa do falante bilingue requer, para a sua materialização, a fuga ao socialmente inócuo, ele optará por soluções linguísticas transgressoras e, portanto, 'marcadas'. O carácter mais ou menos marcado dos recursos linguísticos é definido, já se vê, em função das características particulares de cada uma das comunidades bilingues e também da diversidade de parâmetros que podem configurar as diferentes situações de interacção.

Construído pela aproximação às teses de Grice (1975) sobre o funcionamento das implicaturas conversacionais, o MM também contempla um conjunto de máximas que, gravitando em torno dum princípio orientador, o **princípio da negociação**, conduzirão, quer pela sua observação, quer pela sua derrogação, à construção de determinadas inferências discursivas. Vejamos, pois, o que dita aos locutores cada uma destas máximas:

1. **Máxima da escolha sequencial não marcada:** «'switch from one unmarked code to another when situational features change during an interaction such as the unmarked choice changes'» (Myers-Scotton, 1990b: 60);¹⁸

¹⁸ A autora propõe outra formulação desta máxima que se apresenta mais clara: «'make the unmarked code choice when you wish to establish or affirm the unmarked rights and obligations set associated with a particular conventionalized exchange'» (Myers-Scotton, 1988: 160).

2. **Máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada:** «‘maintain a pattern of switching between codes when the unmarked (and preferred) rights and obligations balance between participants is that indexed by both codes, not one’» (*Ibid.*);
3. **Máxima da escolha marcada:** «‘switch to a marked choice in order to negotiate a different rights and obligations balance between participants than the one indexed by the unmarked choice’» (*Ibid.*);
4. **Máxima da escolha exploratória:** «‘in less conventionalized interactions, use code switching to propose different codes as indices of possible rights and obligations balance for the interaction’» (*Ibid.*).

Este conjunto de máximas desperta-nos algumas reflexões. Antes de mais nada, é notório que nelas está contemplada, não só uma tentativa de explicação para o funcionamento do fenómeno da alternância de códigos *stricto sensu*, como também uma abordagem ordenada e integrada do próprio mecanismo da escolha de línguas ou, no dizer de Gumperz, alternância situacional¹⁹. Consideramos, pois, que este facto, em si mesmo, representa um avanço qualitativo relativamente a outros modelos. Em segundo lugar, realce-se que neste quadro teórico se prevê a hipótese, através da observação das máximas n.º 2 e 4, de a alternância de códigos vir a assumir, em certos contextos conversacionais, o papel de **terceiro idioma**. Carol Myers-Scotton evidencia, deste modo, de que maneira, não só as línguas em contacto, como a própria forma alternada dessas mesmas línguas se podem comportar, funcionalmente, de maneira similar. Esta é, já se vê, uma constatação que deita por terra as posturas de purismo linguístico a que, ainda assim, os estudos sobre bilinguismo nem sempre foram imunes²⁰.

Quanto a nós, e atendendo às considerações que temos vindo a tecer no presente trabalho sobre os diferentes tipos de funcionalidade da alternância

¹⁹ Neste modelo, a máxima n.º 3, que explica o valor da alternância de códigos enquanto escolha marcada e pragmaticamente relevante, mais não é senão a expressão de um dos possíveis resultados alcançados pela derrogação da máxima n.º 1, que aborda os critérios que presidem a uma escolha de línguas não marcada.

²⁰ *Vd.* a este propósito as posições de Weinreich e de Labov, assinaladas nas notas 11 e 2, respectivamente.

de códigos, pensamos que este modelo peca apenas pelo excessivo peso que nele assume o seu princípio orientador: o princípio da negociação. Sobre esta questão, ir-nos-emos, no entanto, debruçar mais detalhadamente já de seguida.

2. Uma possível reconstrução do «Markedness Model» (MM)

Aceitando, com Carol Myers-Scotton, que, numa situação de bilinguismo comunitário, a opção pelos códigos linguísticos, com ou sem alternância, se reveste de fundamental importância para assinalar o «RO set» a vigorar entre os interlocutores em cada interacção, estamos, porém, também dispostos a considerar que recursos como a alternância de códigos poderão desempenhar outro tipo de papel, igualmente relevante, na comunicação bilingue. Assim, pensamos que, para além da sinalização da forma como os interlocutores se querem posicionar na interacção verbal, o «code-switching» poderá igualmente operar ao nível mais propriamente discursivo, funcionando, aqui, como um recurso essencial, ora para atender a exigências que se prendem com a estrutura interna do discurso, ora para marcar focos e sublinhar determinados itens da informação veiculada.

Assim, numa versão mais alargada e flexível do MM, poder-se-á considerar que existem, fundamentalmente, dois tipos de «markedness» que podem ser sinalizados pelos recursos linguísticos em situações de interacção entre falantes bilingues. O primeiro é de natureza eminentemente social e liga-se, obviamente, à necessidade de negociação de determinados «RO sets» entre os interlocutores, processo que presidirá sempre a cada um dos actos conversacionais. Neste caso, o grau de «markedness» social que se obtém pela escolha dos recursos linguísticos disponíveis (L1, L2 ou alternância entre L1 e L2) resulta directamente e em primeira mão da observação ou derrogação das máximas conversacionais propostas por Carol Myers-Scotton, cujo poder operativo releva do princípio da negociação.

Já o segundo tipo de «markedness» é, essencialmente, de carácter

estilístico-discursivo. Este, em nossa opinião, reúne condições para ser accionado quando os falantes bilingues operam com base num «RO set» resultante da observação de qualquer máxima que conduza à sinalização de um posicionamento social **neutral**. São estas, conforme já se viu atrás, a máxima da escolha sequencial não marcada, a máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada e a máxima da escolha exploratória. Nestes casos, a escolha da alternância entre L1 e L2, resultante da vontade dos falantes bilingues de atender às constrições situacionais que envolvem a interação, serve para sinalizar que os participantes desejam operar com base num «RO set» situacional e socialmente não marcado. Ora, o que propomos é que, nestes casos, a alternância, preservando, embora, o seu papel de base (sinalizador de neutralidade social), pode, de qualquer modo, também assegurar funções de marcador estilístico e discursivo. Será isto que acontece quando o «code-switching», não estando a ser usado para negociar ou renegociar um determinado «RO set» já definido, em vigor, e que não se deseja alterar, é, no entanto, utilizado, por exemplo, para reiteraões, para reforçar demarcações temporais, temporais-causais ou adversativas, para proferir bordões linguísticos e interjeiões ou para simplesmente atender a exigências internas do discurso proferido. Vejam-se, pois, alguns exemplos à luz de cada uma destas máximas.

Optando por observar a **máxima da escolha sequencial não marcada**, os códigos serão alternados em função das mudanças nos parâmetros que definem a situação discursiva. Este procedimento sinalizará que os locutores estão interessados em atender à correlação estabelecida, ao nível da sua comunidade, entre língua e domínio de interação verbal.

Podemos, porém, observar casos em que a opção por seguir um padrão de alternâncias sequenciais não marcadas se fica a dever, não a condicionamentos situacionais, mas a razões mais estritamente discursivas. Será o caso, por exemplo, de algumas citações, exemplificações e comentários metalinguísticos ou metadiscursivos coincidentes com uma alternância dos códigos. Sem a alternância, muitos destes enunciados perderiam a sua razão de ser e a sua relevância. O exemplo 2 já por nós analisado no presente texto é ilus-

trativo deste tipo de situações. Outros casos registados *in loco* podem, também, ser apontados:

3. [Situação: o informante TA. conta um episódio da sua infância à entrevistadora, para explicar a génese da sua alcunha «Tarran»]

TA. Um vez quando era pequeno, sabe, quando era pequeno [...] então [...] e em vida de minha mãe, estava ali [...] estava a costurar e andava-me ali com umas tesouras de costura e as tesouras [...] faltaram.

Pois:

—Áh TA!, por adonde stan las texeiras? Por adonde stan las texeiras²¹, filho?

—Por adonde tarran, por adonde tarran?

E Tarran ficou.

4. [Situação: conversa entre a informante TG. e a entrevistadora dentro do automóvel a caminho de Miranda do Douro. Ao passar por Aldeia Nova, a informante presta esclarecimentos]

TG. Aqui no nosso costume é dizer, *bamos pr'a Aldê Nôba* [...] e em fidalgo²² é Aldeia Nova.

Quanto à máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada, lembramos que a sua observação se verifica quando os locutores usam a alternância para sinalizar que o «RO set» pretendido só é convenientemente estabelecido pelo uso dos dois códigos e não só de um. Nestes casos, a alternância é um instrumento que se substitui a qualquer uma das línguas individuais que coexistem na comunidade bilingue.

Também nestas circunstâncias situacionais pensamos que a alternância, fundamentalmente motivada pela vontade de sinalizar neutralidade sócio-cultural, pode ter alguma relevância discursiva. Exemplos seriam algumas demarcações sintáctico-semânticas, de reiteraões e até de citações em dis-

²¹ *Texeiras* é a designação mirandesa para 'tesouras'.

²² «Fidalgo» é o epíteto usado, nesta aldeia, para fazer referência à língua portuguesa.

curso indirecto coincidentes com pontos em que os códigos se alternam, sendo que, nestes casos, o próprio «code-switching» funciona como um meio para sublinhar e realçar determinadas componentes do discurso. Exemplos ilustrativos do nosso *corpus* são:

5. *Quedai conmigo toda la tarde [...] ala, que esta tarde te bás eiqui toda [...] toda a tarde [...] que stais bien [...]*
6. *Saca la pata al burro, stá la côrda an la enxada [...] Son malos! [...] – Tira a pata do burro, [...]*!
7. O outro disse *que se amontiaba an Spanha [...] Disse que ia para Espanha, que se amontiaba.*
8. Tem que virar aqui ao pé da Igreja [...] à esquerda [...] *a la squiêrda!*

Pensamos que este mesmo tipo de mecanismo discursivo será passível de ser observado quando a alternância decorre, no quadro do seu papel como definidor de «RO sets» neutrais, da observação da **máxima da escolha exploratória**. Atendendo à formulação usada por Myers-Scotton para definir esta máxima conversacional, torna-se claro que nem todas as situações interacionais se apresentarão propícias ao aparecimento da alternância de códigos na sua qualidade de mecanismo exploratório dos «RO sets» possíveis e a determinar entre os locutores participantes. Assim sendo, o uso deste mecanismo verbal como forma de observação da máxima da escolha exploratória é, tanto quanto julgamos, largamente favorecido mediante condições do seguinte tipo:

- i – os interlocutores, sabendo-se bilingues, não se conhecem, contudo, bem, não tendo hábitos de mútua interacção;
- ii – os interlocutores bilingues, embora conhecendo-se bem, são confrontados com uma situação discursiva definida por parâmetros muito pouco habituais (tema peculiar, local estranho, eventual presença de falantes não-participantes desconhecidos), não tendo em relação a ela consciência clara do grau de «markedness» comportado pelos recursos linguísticos disponíveis.

Ora, julgamos que, na nossa própria recolha, não se registam situações discursivas com tais características, razão pela qual nos inclinamos a pensar que a máxima da escolha exploratória não estará a ser observada em nenhum dos exemplos que conseguimos recensear. Ainda assim, podemos considerar que a alternância com este valor é passível de ocorrer no discurso produzido por estes falantes bilingues, tanto mais que encontrámos uma evidência testemunhal da sua existência. Considere-se, pois, o teor do seguinte excerto:

9. SP. [...] Uma vez por outra, sempre pode começar [a conversa] em mirandês [...] ou terminar em fidalgo [...] outras vezes a começar por o fidalgo e acabar em mirandês [...] eu depende da pessoa com quem estou a falar [...] ver aquela que melhor se está a adaptar [...]
- E. Ah! 'Tá bem! Então é assim [...] vai assim explorando e tal
- SP. Pois [...]
- E. Usando uma, usando outra [...]
- SP. Se eu vejo que ela tem possibilidades de falar melhor o português, falo-le em português, se vejo que é uma pessoa de idade que tem possibilidades de falar melhor o mirandês, falo-le em mirandês [...]

Dito isto, resta-nos esclarecer que, ao nível do discurso propriamente dito, pensamos que haverá casos de:

- alternâncias **obrigatórias**, imprescindíveis para assegurar eficácia comunicativa (citações em certo tipo de narrativas, exemplificações quando pedidas pelo interlocutor ou quando sentidas como necessárias para o bom prosseguimento conversacional);
- alternâncias **facultativas** que, ao serem usadas, servem para conferir maior verosimilhança, ênfase ou expressividade ao que é dito.

Por fim, faremos apenas uma referência à utilização da alternância enquanto escolha marcada. Necessariamente, estes casos serão em menor número do que os demais até porque, como salienta a autora do MM, a preservação de uma interpretação marcada exige que os locutores bilingues não usem e abusem da alternância com essa finalidade, i.e., requer que não a

banalizem (Myers-Scotton, 1990a: 92). O exemplo 1 já por nós analisado com algum detalhe neste trabalho parece-nos bastante ilustrativo e paradigmático do que acabámos de enunciar.

3. Conclusões

Cientes da viva discussão que hoje envolve o estudo sobre o funcionamento discursivo da alternância de códigos, quisemos, com a proposta de reformulação do «MM» agora apresentada, prestar mais um contributo para o aprofundamento do tema. Procurando conciliar e incorporar reflexões de outros autores que, embora menos formalizadas, revelam intuições essenciais para a compreensão do funcionamento pragmático da alternância de códigos, julgamos que esta nova versão mais alargada e flexível do modelo de Carol Myers-Scotton permite uma rentabilização mais eficaz da sua, já poderosa, capacidade explicativa. É aliás, na conjugação de perspectivas de análise que pensamos residir o caminho de investigação mais profícuo.

Cristina Martins é assistente de Linguística na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É autora de uma tese de mestrado intitulada *Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue* (1994).

Referências bibliográficas

- APPEL, René; MUYSKEN, Pieter (1987) – *Language Contact and Bilingualism*, London, Edward Arnold.
- BLOOMFIELD, Leonard (1933) – *Language*, London, George Allen & Unwin Ltd.
- GARDNER-CHLOROS, Penelope (1991) – *Language Selection and Switching in Strasbourg*, Oxford, Clarendon Press.
- GRICE, H. Paul (1975) – «Logic and Conversation», in *Syntax and Semantics*, vol. 3. (Edited by Peter Cole and Jerry C. Morgan), New York, Academic Press, pp. 41-58.
- GUMPERZ, J. J. (1982) — *Discourse Strategies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MARTINS, Cristina dos Santos Pereira (1994) – *Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue*. Dissertação de Mestrado inédita apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- McCLURE, Erica; McCLURE Malcom (1988) – «Macro- and Micro-sociolinguistic Dimensions of Code-switching in Vingard», in Monica Heller (ed.) – *Codeswitching. Anthropological and Sociological Perspectives*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 25-51.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1988) – «Code Switching as Indexical of Social Negotiations», in Monica Heller (ed.) – *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 151-186.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1990a) – «Codeswitching and Borrowing: Interpersonal and Macrolevel Meaning», in Rodolfo Jacobson (ed.) – *Codeswitching as a Worldwide Phenomenon*, vol. II, New York, Peter Lang.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1990b) – «Intersections between Social Motivations and Structural Processing in Codeswitching», in *Papers for the Workshop on Constraints, Conditions and Models*, London, 27-29 September. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg, European Science Foundation, pp. 57-81.
- ROMAINE, Suzanne (1989) – *Bilingualism*, Oxford, Blackwell.
- SAVILLE-TROIKE, Muriel (1984) – *The Ethnography of Communication*, Oxford, Basil Blackwell.
- WEINREICH, Uriel (1968) — *Languages in Contact. Findings and Problems*, 6.ª ed., Paris, Mouton.